

STJ00120475

FREDERICK SCHAUER

A FORÇA DO DIREITO

TRADUÇÃO ANDRÉ LUIZ FREIRE

REVISÃO TÉCNICA CELSO FERNANDES CAMPILONGO
LUCAS FUCCI AMATTO

Esta obra foi publicada originalmente em inglês com o título THE FORCE OF LAW pela Harvard University Press.

Copyright © 2015, by the President and Fellows of Harvard College

Copyright © 2022, Editora WMF Martins Fontes Ltda.,

São Paulo, para a presente edição.

Publicado em acordo com a Harvard University Press.

Todos os direitos reservados. Este livro não pode ser reproduzido, no todo ou em parte, armazenado em sistemas eletrônicos recuperáveis nem transmitido por nenhuma forma ou meio eletrônico, mecânico ou outros, sem a prévia autorização por escrito do editor.

1ª edição 2022

Tradução *André Luiz Freire*

Revisão técnica *Celso Fernandes Campilongo e Lucas Fucci Amatto*

Acompanhamento editorial *Márcia Leme*

Preparação de texto *Maria Luiza Favret*

Revisões *Nanci Ricci, Sandra Regina de Sousa e Ricardo Franzin*

Edição de arte *Gisleine Scandiuzzi*

Produção gráfica *Geraldo Alves*

Paginação *Renato Carbone*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Schauer, Frederick

A força do direito / Frederick Schauer ; tradução André Luiz Freire. – 1. ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2022. – (Biblioteca Jurídica WMF)

Título original: The force of law.

ISBN 978-85-469-0353-5

1. Coação (Direito) 2. Coerção I. Título. II. Série.

21-95341

CDU-340.11

Índice para catálogo sistemático:

1. Coerção : Teoria : Direito 340.11

15.036.205

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora WMF Martins Fontes Ltda.

Rua Prof. Laerte Ramos de Carvalho, 133 01325.030 São Paulo SP Brasil

Tel. (11) 3293.8150 e-mail: info@wmfmartinsfontes.com.br

<http://www.wmfmartinsfontes.com.br>

SUMÁRIO

Prefácio, IX

Sobre a jurisprudência geral e particular: uma introdução à edição brasileira de A força do direito, xv

Uma nota sobre as notas, XXI

Apresentação: Coerção e teoria do direito, XXIII

1. INTRODUÇÃO: A FORÇA DO DIREITO, 1

1.1. A ubiquidade da coerção, 1

1.2. Obediência ao direito, 7

1.3. As dimensões da força, 11

1.4. A força do direito, 14

2. O DIREITO DE BENTHAM, 17

2.1. O direito como coerção – o começo, 17

2.2. Austin entra, 23

2.3. A sabedoria convencional, *circa* 1960, 30

3. A POSSIBILIDADE E A PROBABILIDADE DO DIREITO NÃO COERCITIVO, 35

3.1. As partes faltantes da sabedoria convencional, 35

3.2. H. L. A. Hart e os furos no quadro de Austin, 40

3.3. A internalização das regras jurídicas, 47

3.4. Internalização e a natureza do direito, 54

- 3.5. Genéricos, conceitos e o conceito de direito, 57
- 3.6. Em busca do homem perplexo, 62
- 4. EM BUSCA DO HOMEM PERPLEXO, 67**
 - 4.1. Fazendo um balanço – e avançando, 67
 - 4.2. O que é obedecer ao direito?, 74
 - 4.3. Refinando a questão, 80
 - 4.4. O ser e o dever ser, 84
- 5. AS PESSOAS OBEDECEM AO DIREITO?, 89**
 - 5.1. Cumprindo as leis de que gostamos, 89
 - 5.2. Isolando o efeito do direito, 96
 - 5.3. Sobre obediência à autoridade, 106
 - 5.4. O direito causa a moralidade?, 108
 - 5.5. A contingência cultural da obediência ao direito, 114
- 6. OS AGENTES PÚBLICOS ESTÃO ACIMA DO DIREITO?, 117**
 - 6.1. Tartarugas até o final, 117
 - 6.2. Os fundamentos não jurídicos do direito, 120
 - 6.3. A força e os fundamentos do direito, 127
 - 6.4. A questão da obediência oficial, 133
 - 6.5. Quando e como o direito obriga (se é que obriga) as políticas públicas oficiais?, 138
- 7. COAGINDO A OBEDIÊNCIA, 143**
 - 7.1. O argumento até agora, 143
 - 7.2. Os incentivos ao cumprimento, 150
 - 7.3. As ocasiões do direito, 153
 - 7.4. A função de resolução do direito, 160
 - 7.5. Anjos equivocados, 163
- 8. CENOURA E PORRETE, 169**
 - 8.1. O aparente erro de Austin, 169
 - 8.2. Dois tipos de benefícios, 175

- 8.3. A política das recompensas, 178
- 8.4. Recompensas e a natureza do direito – No final das contas, talvez Austin estivesse certo, 183

9. O ARSENAL COERCITIVO, 189

- 9.1. Além (ou talvez antes) das ameaças, 189
- 9.2. As sanções são sempre coercitivas? A coerção sempre envolve sanções?, 193
- 9.3. Multas, tributos e o custo de fazer negócios, 197
- 9.4. A reputação importa, 201
- 9.5. Fora! Expulsão e outras incapacitações, 205
- 9.6. A coerção e o papel do direito privado, 209

10. INUNDADO EM UM MAR DE NORMAS, 213

- 10.1. Das normas jurídicas e não jurídicas, 213
- 10.2. O efeito do direito sobre as normas, 220
- 10.3. O efeito das normas sobre o direito, 226
- 10.4. Existe uma norma do direito?, 229

11. A DIFERENCIAÇÃO DO DIREITO, 233

- 11.1. Um pacote de diferenças, 233
- 11.2. O assaltante armado – De novo, 241
- 11.3. Direito não estatal, 244
- 11.4. E, assim, sobre a coerção, 246
- 11.5. Coda: o ponto de tudo isso, 252